

Sumário

Agradecimentos	VII
Nota do Autor – 2ª Edição.....	IX
Apresentação.....	XIII
Prefácio.....	XV
1. Introdução.....	1
1.1. Esclarecimentos prévios	9
1.2. Plano do livro	10
2. A Defesa da Legitimidade da Supremacia Judicial no Exercício do Controle de Constitucionalidade	13
2.1. Ronald Dworkin: o fórum de princípio e a concepção constitucional de democracia	20
2.1.1. O fórum de princípio.....	20
2.1.2. A leitura moral da constituição e a integridade constitucional	23
2.1.3. A crítica à premissa majoritária e a concepção constitucional de democracia	29
2.2. O tribunal constitucional como modelo de razão pública em John Rawls.....	41
2.3. A representação argumentativa da jurisdição constitucional em Robert Alexy	47
2.3.1. O papel representativo das cortes para Luís Roberto Barroso	51
2.4. Conclusões parciais	52
3. Críticas à Legitimidade da Supremacia Judicial no Exercício do Controle de Constitucionalidade	55
3.1. A teoria democrática da autoridade e objeção ao judicial review em Jeremy Waldron.....	58
3.1.1. O desacordo razoável e as circunstâncias da política	59
3.1.2. A regra majoritária, a igualdade política e o direito à participação.....	62
3.1.3. A teoria democrática da autoridade	68
3.1.4. A essência da oposição ao controle judicial de constitucionalidade de leis	76

3.1.5. A crítica ao argumento da tirania da maioria	91
3.1.6. Críticas à supremacia judicial no controle de constitucionalidade	93
3.2 O constitucionalismo político em Richard Bellamy	97
3.2.1. A despolitização da Constituição como forma de dominação	99
3.2.2. As críticas de Richard Bellamy contra os argumentos de justificação do judicial review em Ronald Dworkin	102
3.2.3. As críticas de Richard Bellamy contra os argumentos de justificação do judicial review em John Rawls	107
3.3. Conclusões parciais.....	109
4. A Terceira Via Entre Cortes e Parlamentos: Desassociando o Controle de Constitucionalidade da Supremacia Judicial	113
4.1. O novo modelo de constitucionalismo da Comunidade Britânica.....	116
4.1.1. Canadá	117
4.1.2. Nova Zelândia.....	119
4.1.3. Reino Unido.....	121
4.1.4. Características do “novo modelo”	123
4.1.5. As vantagens normativas da jurisdição constitucional sem supremacia judicial.....	126
4.2. Diálogos interinstitucionais e última palavra: potenciais normativos e desenho institucional	132
4.3. Condições normativas desejáveis x condições reais de uma democracia	137
4.4. O sistema de controle de constitucionalidade brasileiro e a PEC 33/11	141
4.4.1. A Proposta de Emenda à Constituição 33/11	147
4.4.1.1. O aumento do quórum para declaração de inconstitucionalidade	151
4.4.1.2. O condicionamento do efeito vinculante das súmulas vinculantes ao Congresso e o aumento do quórum para sua aprovação.	153
4.4.1.3. A submissão das decisões que pronunciam a inconstitucionalidade de emendas ao Congresso e à consulta popular.....	159
5. Considerações Finais.....	177
6. Referências Bibliográficas.....	187